

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 7.611, DE 2017

Apensados: PL nº 8.217/2017 e PL nº 1.965/2019

Acrescenta § 4º ao art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal Brasileiro), para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de apuração da área tributável de imóvel rural, e revoga o § 1º do art. 17-O da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para retirar o caráter obrigatório da utilização do Ato Declaratório Ambiental (ADA) para efeito de redução do valor a pagar do ITR.

Autor: SENADO FEDERAL - DONIZETI NOGUEIRA

Relator: Deputado ALCEU MOREIRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.611, de 2017, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, acrescenta o § 4º ao art. 29 do “Código Florestal” (Lei nº 12.651, de 2012), para autorizar o produtor rural a utilizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de apuração da área tributável relativa ao Imposto Territorial Rural (ITR).

Em complemento, a proposição revoga o § 1º do art. 17-O da Lei nº 6.938, de 31 de agosto 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), que prevê a redução do valor do ITR com base no Ato Declaratório Ambiental (ADA).

Na árvore de apensados encontram-se:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218228344300>



- a) o Projeto de Lei nº 8.217, de 2017, do Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, que altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), estabelecendo a redução do ITR entre 2% e 20% nos casos em que específica;
- b) o Projeto de Lei nº 1.965, de 2019, do Deputado Helio Lopes, que altera a Lei nº 9.393, de 1996, para excluir da área tributável do imóvel rural as áreas cobertas por florestas plantadas.

Os projetos foram distribuídos às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, estando sujeitos à apreciação conclusiva pelas comissões. Tramitam em regime de prioridade.

Na Comissão de Meio Ambiente os Projetos de Lei nºs 7.611, de 2017 e 8.217, de 2017, foram aprovados na forma do Substitutivo e o Projeto de Lei nº 1.965, de 2019, foi rejeitado.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição principal, Projeto de Lei nº 7.611, de 2017, oriundo do Senado, busca facultar ao produtor rural a utilização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para a verificação da área tributável do imóvel, necessária à apuração do Imposto Territorial Rural (ITR), eliminando, assim, a necessidade de apresentação do Ato Declaratório Ambiental (ADA).

Não há dúvidas de que a proposta em análise reduz a burocracia sem reduzir a eficiência, pois elimina a necessidade de reproduzir



no Ato Declaratório Ambiental (ADA) as mesmas informações já disponibilizadas por ocasião do preenchimento do CAR, mais moderno e vinculado ao Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima).

No que se refere ao PL nº 8.217, de 2017, apensado, tem-se que a proposição estabelece medidas de redução da alíquota do ITR de forma proporcional aos ganhos ambientais advindos com determinadas práticas, tais como a conservação de Reserva Legal para além do percentual exigido por Lei, o aproveitamento da água de chuva para utilização na propriedade e o controle de queimadas. Representa, assim, um interessante estímulo a práticas preservacionistas e vai ao encontro da função extrafiscal do Imposto Territorial Rural.

Nesse sentido vale destacar que, nos moldes do art. 153, §4º, I, da Constituição Federal o ITR “será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas”. O preceito constitucional é a base do chamado caráter extrafiscal do Imposto Territorial Rural, cuja principal função não é arrecadatória, mas sim a garantia do cumprimento da função social da propriedade. Nesse ínterim, justifica-se a diminuição das alíquotas de acordo com o aumento da produtividade e da preservação, ambos pilares do princípio da função social da propriedade.

Já no que se refere ao PL nº 1.965, de 2019, também apensado, tem-se que a proposição exclui da área tributável do imóvel rural as áreas cobertas por florestas plantadas.

A medida, por mais bem intencionada que seja, não nos parece salutar, pois exclui da área tributável uma importante atividade econômica, que é a silvicultura. Não é razoável que se exclua da área tributável o plantio florestal, o diferenciando das demais atividades agrossilvipastoris. Vale lembrar que caso esse plantio florestal não seja voltado à produção econômica, mas sim à recomposição da vegetação nativa, a exclusão da área tributável já ocorre através do atual art. 10, §1º, II, “e”, da Lei no 9.393, de 1996.

Assim, concordamos com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no que se refere à aprovação dos Projetos de Lei nos 7.611, de 2017, e 8.217, de 2017, e à rejeição do Projeto de Lei nº 1.965,



de 2019. Contudo, entendemos que o substitutivo aprovado naquela Comissão possa ser aprimorado. Isso porque o texto abre margem para que se interprete obrigatória tanto a apresentação do CAR quanto a apresentação do ADA, deixando de lado o objetivo da proposição, que é justamente a redução da burocracia. Não procede o argumento de que o CAR, por ser autodeclaratório, não poderia ser utilizado para fins da redução tributária, até mesmo porque o próprio Ato Declaratório Anual também é preenchido pelo declarante. Eventuais fraudes na declaração, assim como acontece para o Imposto de Renda, deverão ser fiscalizadas e punidas.

Por essas razões, construímos substitutivo próprio, a nosso ver, aprimorando o texto da CMADS em um substitutivo no qual a apresentação do CAR ou do ADA passa a ser opção do proprietário, em ambos os casos, encontrando-se a “autodeclaração” sujeita à devida fiscalização pelos órgãos competentes.

Na oportunidade, também corrigimos a alteração no art. 29 do Código Florestal, que se dá pelo acréscimo de um §5º, e não de um §4º, bem como aprimoramos, sem alteração de conteúdo, a redação das alterações trazidas ao art. 11 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996.

Pelo exposto, votamos pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 7.611, de 2017, e 8.217, de 2017, e do substitutivo aprovado na CMADS, na forma do substitutivo ora apresentado, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.965, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALCEU MOREIRA
Relator

2021-6759



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218228344300>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.611, DE 2017

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de apuração da área tributável de imóvel rural, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para dispensar a utilização do Ato Declaratório Ambiental (ADA) para efeito de redução do valor a pagar do Imposto Territorial Rural (ITR) e a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para estabelecer hipóteses de redução do ITR de forma proporcional à prática de atividades preservacionistas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de apuração da área tributável de imóvel rural, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para dispensar a utilização do Ato Declaratório Ambiental (ADA) para efeito de redução do valor a pagar do Imposto Territorial Rural (ITR) e a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para estabelecer hipóteses de redução do ITR de forma proporcional à prática de atividades preservacionistas.

Art. 2º O art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte §5º:

“Art. 29.

.....

§5º É o produtor rural autorizado a apresentar o CAR para fins de apuração da área tributável prevista no inciso II do § 1º do



art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto Territorial Rural (ITR).” (NR)

Art. 3º O art. 11 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte §1º-A:

“Art. 11.

.....
§1º -A. O valor do Imposto Territorial Rural pode ser reduzido em até 20% do seu total, aplicando-se a redução de 2% do valor para cada uma das seguintes hipóteses:

I – existência de reserva legal, no mínimo, 50% maior do que o exigido para a propriedade;

II – adequada separação dos resíduos sólidos produzidos na propriedade;

III – produção local de energia elétrica, individual ou de forma conveniada, por quaisquer meios de produção sustentável e que diminua a dependência da propriedade da rede elétrica de distribuição local em, no mínimo, 25%;

IV – efetiva captação e utilização da água das chuvas nas atividades produtivas locais;

V – rastreabilidade dos produtos agropecuários;

VI – manejo integrado de pragas;

VII – práticas adequadas para controle e prevenção de incêndios florestais;

VIII – reflorestamento;

IX – adubação orgânica;

X – tratamento dos resíduos sólidos produzidos na propriedade rural.

.....” (NR)



Art. 4º O art. 17-O da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 17-O. Os proprietários rurais que se beneficiarem com redução do valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, com base no Cadastro Ambiental Rural – CAR, ou em Ato Declaratório Ambiental - ADA, deverão recolher ao IBAMA a importância prevista no item 3.11 do Anexo VII da Lei nº 9.960, de 29 de janeiro de 2000, a título de Taxa de Vistoria.

§ 1º-A. A Taxa de Vistoria a que se refere o *caput* deste artigo não poderá exceder a dez por cento do valor da redução do imposto proporcionada pelo CAR ou pelo ADA.

§ 1º A utilização do CAR ou do ADA para efeito de redução do valor a pagar do ITR é obrigatória.

.....
.....
§ 5º Após a vistoria, realizada por amostragem, caso os dados constantes do CAR ou do ADA não coincidam com os efetivamente levantados pelo IBAMA, será a incongruência documentada e encaminhada à Secretaria da Receita Federal, para as providências cabíveis.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALCEU MOREIRA
Relator

2021-6759



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218228344300>

